



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal
COORDENAÇÃO-GERAL DE INTELIGÊNCIA - CGI/DIP/PF

OFÍCIO Nº 1/2023/CGI/DIP/PF

[CIDADE], na data da assinatura eletrônica.

Ao Exmo. Senhor
AIRTON VIEIRA
Juiz Auxiliar do Gabinete do Ministro Alexandre de Moraes
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF

Assunto: Pet 10.685. Encaminha Informação de Polícia Judiciária

Senhor Ministro,

Em atenção à atribuição da Polícia Federal prevista na Lei nº 7.474/86, sirvo-me do presente para encaminhar a V. Exa. a Informação nº 26459062/2023-CGI/DIP/PF, formulada a partir dos elementos obtidos pela Polícia Federal nos dias que antecederam os fatos de 08/01/2023, culminando no desencadeamento de manifestação onde foram identificados, em tese, pelo menos os crimes previstos nos arts. 359-L, 359-M, 163, do CPB; art. 62, lei 9.605/1998; e art. 1º, da lei nº 12.850/2013.

De acordo com os elementos citados na IPJ, as informações acerca da vinda de manifestantes para Brasília/DF já eram de conhecimento das forças de segurança do Distrito Federal. Ademais, todo o trajeto do acampamento do Quartel-General do Exército foi acompanhado pelas mesmas forças, as quais não empregaram nas barreiras policiais suficientes para conter os manifestantes, permitindo que acessassem o gramado da Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes.

Essas informações indicam a possibilidade de uma eventual omissão das autoridades públicas que tinham o dever legal de agir e eventualmente se omitiram, mesmo diante das informações que alertavam para os fatos vindouros, bem como das imagens que mostraram os manifestantes se deslocando do QG-Ex para a Praça dos Três Poderes, permitindo que tamanho dano tomasse forma.

As manifestações antidemocráticas alcançaram amplos níveis de violência, gerando severos danos aos bens e instituições públicas, tudo em virtude da omissão do Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal, notadamente da Secretaria de Estado de Segurança Pública do

Distrito Federal e do Comando da Polícia Militar do Distrito Federal, que não dotaram as medidas necessárias para a contenção de criminosos.

Assim sendo, diante da gravidade dos fatos ora reportados à Vossa Excelência, e a fim de evitar eventuais interferências nos trabalhos de Intervenção Federal ora decretado pelo Presidente da República, sugiro seja avaliada a oportunidade e a conveniência de decretação de busca e apreensão nos endereços que serão apresentados em apartado e da prisão dos responsáveis pela aparente omissão ou negligência, o Secretário ANDERSON GUSTAVO TORRES e o Comandante da PM FABIO AUGUSTO VIEIRA.

Respeitosamente,

ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES
Delegado de Polícia Federal
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES, Diretor-Geral**, em 08/01/2023, às 23:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **26459070** e o código CRC **49FA70BF**.

SCN Quadra 2, S/N Lote J, Bloco B, 4º Andar - Asa Norte, Brasília/DF
CEP 70712-000, Telefone: (61) 2024-8213
E-mail: cgi.dip@pf.gov.br